

A (re)estruturação da diretriz curricular municipal de Rondonópolis/MT: contribuições do estudo colaborativo do OBEDUC/MT

**Beginner teachers: the practice's challenges from national curricular common base and
the curriculum guidelines of the municipal teaching system from Rondonópolis/ MT**

Rosana Maria Martins¹
Andreia Cristina Santiago Carvalho²
Marly Souza Brito Farias³

Resumo

Neste artigo discorre-se sobre como os professores iniciantes, participantes do Programa Observatório da Educação (OBEDUC) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) de Rondonópolis – Mato Grosso (MT), veem a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no contexto da política pública, especialmente na (re)estruturação da Diretriz Curricular Municipal de Rondonópolis/MT, visto que surgiu essa necessidade formativa. Para tal formação, partiu-se do entendimento de que a Base não é currículo, sendo as redes e escolas responsáveis pela elaboração dos currículos. É fato que a BNCC traz em seu bojo a tentativa de exercer domínio sobre o saber e de atender agendas e interesses de uma política global. Assim, por meio dos memoriais de formação, no contexto da formação continuada do OBEDUC/Rondonópolis, objetivou-se apresentar e discutir as reflexões pontuais dos professores da Rede Municipal de Educação - RME referentes à BNCC e à reorganização da Diretriz Curricular do referido município. Os dados, provenientes dos estudos e discussões sobre a BNCC, de docentes que participam do OBEDUC/UFMT, apontam que os estudos e discussões sobre a BNCC têm contribuído para a formação de professores iniciantes, no que diz respeito à mudança na forma de pensar e de compreender suas dificuldades, influenciando positivamente como pensar suas práticas, tomando como referência o currículo escolar e destacam como o processo de colaboração ajuda-os a se posicionar quanto ao realinhamento da Diretriz Curricular da RME de Rondonópolis-MT.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Base Nacional Comum Curricular; Diretriz Curricular Municipal; Professores iniciantes; Formação continuada.

¹ Doutora em Educação pela UFSCar e Unicamp/SP. Docente da Universidade Federal de Mato Grosso. Email: rosanamariamartins13@gmail.com.

² Licenciada em Matemática pela UFMT professora da rede estadual de ensino SEDUC/MT e da rede municipal de ensino SEMED/ROO. Mestranda do PPGEdu/UFMT. E-mail: deiacris_santi@hotmail.com

³ Mestre em Educação pela UFMT. Email: souzabritofarias@gmail.com.

Abstract

This article pontificates about how beginner teachers, participants of OBEDUC of the Federal University of Mato Grosso (UFMT) of Rondonópolis - Mato Grosso (MT), see the implementation of the National Curricular Common Base (BNCC) in the context of public policy, especially in the restructuring of the Municipal Curriculum Guideline of Rondonópolis_MT, since such educational necessity emerged. For such education, it was based on the understanding that the Base is not curriculum, being both the teaching systems and the schools responsible for developing the curriculums. It is a fact that the BNCC brings in the attempt of exerting control over the knowledge and of attending agendas and the interests of a global policy. Thus, by means of educational memorials, in the context of continuing teacher education of OBEDUC/Rondonópolis – Mato Grosso (MT), the aim of this text is to present and discuss the specific reflections of the RME (Municipal Teaching System) teachers from Rondonópolis – MT regarding the BNCC and the reorganization of the Curriculum Guideline of the referred city. The data, resulting from the studies and discussions about the BNCC, of teachers participating in OBEDUC/UFMT, indicate that the studies and discussions about the BNCC have contributed with the education of beginner teachers, in terms of the change in the way of thinking and comprehending their difficulties, influencing positively how they think their practices, taken as reference the school curriculum and highlight how the collaboration process helps them to have their opinion about the realignment of the Curriculum Guideline of the Municipal Teaching System (RME) of Rondonópolis – MT.

Keywords: Educational policies; National Curricular Common Base; Municipal Curriculum Directive; Beginner teachers; Continuing teacher education.

Introdução

Pensar o currículo educacional é uma tarefa de extrema importância, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual dos sujeitos que exercem suas funções no meio educacional e trabalham com a formação dos cidadãos.

Nesse prisma, o debate em torno do currículo escolar tem merecido atenção e destaque em âmbito nacional e, nos últimos anos, o olhar de estudiosos, curriculistas, pesquisadores e educadores tem sido direcionado para as discussões acerca de currículos unificados na educação, especificamente após a homologação, em 2017, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cabendo aos estados e municípios estudarem e implementarem esse novo documento, por meio da elaboração ou reestruturação de suas propostas curriculares.

Em relação ao processo de elaboração da BNCC enquanto política pública, desde sua proposição até a aprovação da versão final, pode-se dizer que foi marcado por momentos de tensões e questionamentos por parte de pesquisadores, professores e entidades educacionais, os quais “se posicionaram contrários à metodologia pela qual ela foi construída, considerando o curto prazo para o aprofundamento dos debates acerca do seu conteúdo e suas consequências para o campo educacional, incluindo a formação de professores” (BARBOSA; SILVEIRA; SOARES, 2019, p. 82).

Segundo Macedo (2019), a aprovação da BNCC, em 2017, constitui um momento de inflexão da política pública em currículo no país. Para a autora, mesmo que tenha sempre havido algum nível de centralização curricular no Brasil, tal centralização não tinha se configurado, ainda na definição do que deve ser ensinado em cada disciplina, ao longo dos diferentes anos de escolarização em todo o território nacional. Na visão de Macedo (2019), a BNCC representa, portanto, a hegemonia de certa concepção de educação e de escolarização.

De acordo com Freitas (2014), estamos vivenciando uma tendência em defesa da BNCC associando-a a uma revisão das matrizes de referências dos exames nacionais, com ênfase na definição de aprendizagem por ano, entrelaçando os objetivos, avaliação de larga escala e os conteúdos a serem trabalhados.

Mas seria esta a solução para se alterar os resultados de aprendizagem nas avaliações externas de larga escala?

De modo geral, pesquisas sinalizam que os educadores esperam que a elevação dos resultados mensurados por meio das avaliações externas seja apenas uma consequência do processo de ensino e aprendizagem e que este seja fundante para a construção de indivíduos críticos capazes de exercerem a cidadania.

Contudo, o que se visualiza é a tentativa de domínio sobre o saber, sobretudo em relação às classes com menor poder aquisitivo, que anseiam pela elevação do conhecimento adquirido em suas vivências. É preciso, então, garantir que todos tenham acesso à educação de qualidade e que isto aconteça, também, por meio dos conhecimentos que são trabalhados nas unidades de ensino. Brandão (2013) entende que o controle sobre o saber acontece em grande medida “sobre o que se ensina e a quem se ensina, de modo que, através da educação erudita, o saber oficialmente se transforma em instrumento político de poder” (BRANDÃO, 2013, p. 106-107).

Para que o saber se torne um instrumento de poder, é necessário que a escola ofereça uma educação de qualidade, por isso é preciso ter claro o que e como ensinar às crianças na contemporaneidade, dessa forma, a escola precisa possibilitar que o fazer pedagógico se efetive de forma planejada e articulada, selecionando as atividades/experiências ou conteúdos que devem ser considerados no currículo escolar.

Lopes e Macedo (2011), com base nos estudos de Dewey, afirmam que o foco do currículo é a experiência direta da criança como forma de superar o hiato que parece haver entre a escola e o interesse dos alunos e entendem a aprendizagem como um processo contínuo e não como uma preparação para a vida adulta.

As autoras enfatizam, ainda, que

[...] o valor imediato das experiências curriculares se apresenta como princípio de organização curricular em contraposição a uma possível utilização futura, ou seja, está na resolução de problemas sociais, considera que o ambiente escolar é organizado de modo a que a criança se depare com uma série de problemas, também presentes na sociedade, criando assim, oportunidade para ela agir de forma democrática e cooperativa. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 23).

Nesta linha de pensamento, Giroux (1997) compreende as escolas como lugares públicos, onde os estudantes aprendem o conhecimento e as habilidades necessárias para viver em uma democracia autêntica, sendo instituições que fornecem as condições ideológicas e materiais necessárias para a educação dos cidadãos.

Se as escolas são capazes de constituir uma base que tornem os cidadãos críticos, ativos, então por que a necessidade de se criar uma Base Nacional Comum Curricular?

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a criação de uma BNCC tem o objetivo de garantir aos estudantes o direito de aprender um conjunto fundamental de conhecimentos e habilidades comuns – de norte a sul, nas escolas públicas e privadas, urbanas e rurais de todo o país. Dessa forma, espera-se reduzir as desigualdades educacionais existentes no Brasil, nivelando e elevando a qualidade do ensino. Além disso, a Base também tem como objetivo formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados essenciais para o século

XXI, incentivando a modernização dos recursos e das práticas pedagógicas e promovendo a atualização do corpo docente das instituições de ensino.

Partimos do entendimento de que a propositura de um currículo comum não é garantia para que se consiga reduzir as desigualdades educacionais existentes no Brasil, que isso vai muito além de um conjunto de conhecimentos e habilidades comuns, como o que é proposto pela BNCC. Vale destacar que Macedo (2019, p. 39) sugere “o uso de outras referências para a construção de uma base de valorização profissional e condições de infraestrutura para uma educação de qualidade”.

Essa valorização profissional docente deve estar vinculada a uma Política Nacional de Formação de Professores e, paralelamente a isso, o professor deve ser protagonista da construção de sua própria proposta pedagógica, ou seja, pensar essa proposta no contexto escolar, juntamente com os pares, considerando as especificidades da comunidade escolar, bem como as necessidades formativas dos educandos.

A BNCC deixa de considerar e valorizar a localidade, a diversidade, a autonomia, as negociações necessárias dentro dos municípios/estados e em cada escola, distanciando-se do que entendemos por construção de currículo. Nossa defesa se inscreve no respeito a toda e qualquer manifestação cultural nas escolas, assim como aos professores, alunos, pais e à toda comunidade escolar e às ações desenvolvidas coletivamente pela escola, o que é garantido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, se faz importante pensar em uma política curricular nacional e na construção de propostas curriculares capazes de corrigir as desigualdades educacionais existentes no Brasil e melhorar significativamente o processo de ensino aprendizagem.

Goodson (2011, p. 8) alerta para o fato de que é preciso reconhecer o currículo “como um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais. Esse processo é tão importante quanto o resultado”.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir as reflexões pontuais dos professores da RME de Rondonópolis-MT tecidas durante a formação colaborativa no Programa Observatório da Educação/CAPES/INEP/SECADI (OBEDUC) referentes à BNCC e à reorganização da Diretriz Curricular do referido município.

A Diretriz Curricular do município de Rondonópolis-MT: algumas considerações

A Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis/MT possui uma estrutura e uma organização de trabalho junto às unidades escolares municipais que se destaca entre os municípios do estado, isto porque dispõe de política de currículo, de formação continuada e uma prática de assessoramento ao trabalho docente. No que concerne ao currículo, desde 1994, a RME elabora diretrizes curriculares próprias, com a participação dos educadores da rede e pautadas em documentos oficiais e bases teóricas que dialogam com a propositura de uma escola justa, humana e igual para todos. A última versão da Diretriz Curricular da Rede Municipal de Ensino/DCM de Rondonópolis para a Educação Básica está em vigor desde 2011 e da Educação Infantil data de 2016 e objetivam orientar a elaboração de currículos escolares.

Especificamente em relação à DCM da Educação Básica, a leitura se configura como ponto central, compreendendo, assim como Geraldi (1993), que ler é habilidade essencial para a aquisição e o aprimoramento dos conhecimentos por parte dos alunos e que quem lê, melhor entende o mundo. Este documento curricular foi elaborado no ano de 2010, a partir da realização de encontros com os assessores pedagógicos, coordenadores e professores da rede, tomando como base os Princípios Norteadores para a Formação de um Currículo Básico de Ensino do I e II Ciclos, iniciado em 2008.

A Diretriz Curricular Municipal tem como pressuposto a superação de uma educação escolar voltada para a transmissão e repetição de conteúdos, bem como a reprovação como meio de validação de saberes, buscando efetivar um ensino que promova a emancipação dos indivíduos por meio da aquisição de conhecimentos, saberes, técnicas e valores que lhes permitissem adaptar-se à sociedade.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, em dezembro de 1996, desencadeou no país uma série de estudos e reflexões em torno da educação básica, o que resultou em mudanças de postura, de concepção, de organização e de práticas no ensino público brasileiro, especificamente o expresso no artigo 23.

Nesse contexto, os sistemas de ensino se viram diante da possibilidade de reorganizarem seus currículos, de reverem as práticas de ensino, aprendizagem e avaliação, dentre outras, numa perspectiva menos excludente e mais humana. A partir de então, alguns estados e municípios optaram por implantarem os Ciclos de Formação Humana. O município

de Rondonópolis também fez tal opção, ocasionando uma mudança radical em relação à escola convencional e seriada no que se refere à organização aos tempos e espaços, à gestão da escola, ao trabalho pedagógico, à avaliação da aprendizagem.

No ano de 2000, como projeto piloto, quatro escolas da rede municipal, por opção, implantaram o Ciclo de Formação Humana em suas unidades, com o apoio e o acompanhamento da secretaria de educação e, no ano seguinte, 2001, todas as unidades da rede deixaram de ser seriadas e passaram a trabalhar na perspectiva dos ciclos, ancoradas nos seguintes objetivos: “a) criar uma organização escolar que supere a escola graduada e suas limitações, podendo tornar a escola mais inclusiva e democrática e b) permitir propostas educacionais mais progressistas, pensadas para enfrentar a seletividade e a exclusão escolar.” (BRASIL, 2011, p. 8).

A implantação da escola organizada por Ciclos de Formação Humana na Educação Municipal de Rondonópolis trouxe em seu bojo a necessidade de intensificação, por parte da secretaria municipal de educação dos processos formativos dos educadores da rede, tendo em vista que compreender as concepções teóricas que sustentam esta organização do ensino se fazia imperioso. Desse modo, houve um trabalho intenso de busca de informações, debates, análise dos desafios do cotidiano escolar, com base nas metas da “Educação para Todos” e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

Para regulamentar o ensino a partir da lógica dos ciclos, a RME elaborou e publicou a Normativa 006/2000, de forma coletiva, envolvendo as equipes da secretaria municipal de educação, professores da rede, coordenadores pedagógicos e diretores das quatro escolas que optaram por esta organização. Ao término do ano 2000, após intensas discussões acerca da viabilidade da mudança, a maioria das escolas da rede optou pela organização por Ciclos de Formação Humana. Assim, de modo gradativo, todas as substituíram o sistema seriado, conforme proposta de 23/08/2002, encaminhada com protocolo nº 1.058.624 de 02/09/2002 do Conselho Estadual de Educação e regulamentada pela Normativa nº 16, de 19 de dezembro de 2000.

Conforme expresso na Diretriz Curricular da RME (2011, p. 8), ao assumir a proposta de organizar as escolas por Ciclos de Formação Humana, a educação municipal passou a defender:

A garantia da continuidade e progressão da aprendizagem. [...] A definição dos objetivos a serem atingidos no final de cada ciclo. [...] A substituição da avaliação classificatória pela avaliação contínua e formativa. [...] Adoção de prática da pedagogia diferenciada. [...] A formação permanente dos professores. (BRASIL, 2011, p. 8).

Alicerçados nos pressupostos da escola organizada por Ciclos de Formação Humana e visando ao alcance dos objetivos propostos, a Secretaria Municipal de Educação reelaborou, coletivamente, os princípios curriculares norteadores para os I e II ciclos, bem como a construiu os princípios para o III ciclo do ensino fundamental. Na proposta curricular, os conteúdos, saberes e habilidades da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, do I ciclo, foram adaptados da proposta de alfabetização do Programa Pró Letramento, do Ministério de Educação, em parceria com o Grupo CEALE-UFMG. A Diretriz Curricular define, então, como objetivos “Atender às finalidades da formação para a cidadania, subsidiando as escolas na seleção e organização dos conteúdos a serem trabalhados ao longo dos três ciclos do ensino fundamental” e, também “Contribuir para a reflexão e discussão acerca do que os estudantes precisam aprender, relativamente a cada área do conhecimento”⁴ (BRASIL, 2011, p. 9).

Em 2016, foi apresentada a Política de Educação Infantil da RME, a partir das discussões acerca das concepções de criança, de práticas pedagógicas mediadoras do processo de desenvolvimento das crianças pequenas, de gestão das instituições de Educação Infantil, além do acesso à Educação Infantil como direito. Essa política foi elaborada com a consultoria de professores do Departamento de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Câmpus Rondonópolis.

É importante ressaltar que no presente momento, ano de 2019, a rede municipal está redimensionando, em conjunto com os coordenadores pedagógicos, professores, diretores e demais profissionais da educação, a Diretriz Curricular do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

⁴ É de fundamental importância que, na escola, seja priorizado o trabalho coletivo por área de conhecimento. Como esta proposta curricular apresenta os saberes, habilidades e conteúdos por disciplina, considerando-se que cada uma contém suas especificidades, sugere-se que seja adotada a metodologia de projetos ou temas geradores para que as atividades por área possam ser contempladas.

Ao considerar a importância do trabalho conjunto para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT), a RME, com o propósito de reestruturar a Diretriz Curricular Municipal, com vistas à garantia de uma educação pública de qualidade, instituiu a Portaria Interna nº. 057/2019, que dispõe sobre a composição do Comitê Estratégico dos Estudos Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis/MT. Essa portaria garante a representatividade de professores que atuam na Secretaria Municipal de Educação nos departamentos de Gestão do Ensino Fundamental, Gestão da Educação Infantil, Formação Profissional e Conselho Municipal de Educação no referido Comitê, responsável pela condução do processo de reestruturação da DCM do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

Este processo de reestruturação da política curricular municipal tem sido efetivado por meio da constituição de grupos de estudo por áreas do conhecimento/disciplinas e modalidades atendidas pela rede. A composição destes grupos conta com representantes das unidades escolares da RME, da rede estadual de ensino, da Universidade Federal de Mato Grosso, do Instituto Federal de Mato Grosso e do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de MT (CEFAPRO).

Após a homologação pelo Conselho Municipal de Educação da Diretriz Curricular Municipal, prevista para o ano de 2020, teremos então, um novo documento que irá auxiliar na reestruturação do Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino, bem como na condução da formação continuada, tanto a proporcionada pela Secretaria Municipal de Educação, como as que são propostas nos momentos formativos nas unidades escolares.

O percurso metodológico

Em 2012, tivemos um projeto aprovado no Programa Observatório da Educação/CAPES/INEP/SECADI (OBEDUC) e publicado pelo edital 049, que visou à formação continuada de professores iniciantes e coordenador pedagógico/professor experiente em suas necessidades formativas. Esse projeto foi desenvolvido com as escolas públicas de Rondonópolis/MT de 2013 a 2017 e depois se tornou um projeto de extensão. Atualmente, o Projeto OBEDUC/UFMT está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEdu/UFMT) e coordenado pelas professoras [...]

[retirado para avaliação] e a [...] [retirado para avaliação] e mestrandos, que privilegia professores iniciantes e experientes no acompanhamento de suas primeiras aprendizagens para docência.

É importante ressaltar que esta parceira Universidade/Escola tem constituído o OBEDUC como grupo colaborativo, já que os encontros de formação ocorrem de forma itinerante em diferentes espaços, na Universidade, nas escolas participantes e se efetiva no intuito de que os iniciantes conheçam as diversas escolas participantes do projeto.

Com relação às práticas desenvolvidas em grupos de pesquisa colaborativos, Ibiapina (2008) afirma que o processo de aprendizagem no contexto colaborativo permite o pensamento teórico e prático, fortalecendo o ensino e o modo que é constituído abre formas para o desenvolvimento profissional dos participantes.

Convém pontuar que a formação ofertada pelo OBEDUC visa atender a professores iniciantes na profissão, mas estes precisam, necessariamente, estarem acompanhados de seus coordenadores, considerados professores experientes.

Huberman (1995), em relação aos estudos sobre o ciclo de vida profissional dos professores, descreve fases que caracterizam os seus percursos formativos e uma delas é a entrada na carreira, fase inicial de tateamento, período de sobrevivência e descoberta (geralmente, ocorre entre dois e três anos de docência), período este que tem a ver com a complexidade e a imprevisibilidade que caracterizam a sala de aula e dificuldade em combinar ensino e gestão de sala de aula.

De acordo com esse contexto pode-se dizer que a diferença de um professor iniciante para um experiente seria o tempo de exercício de magistério e a forma como cada um busca o desenvolvimento profissional.

No OBEDUC/UFMT, a formação dos professores é organizada de forma quinzenal, por uma agenda definida pelos professores participantes. Dentre as demandas apontadas pelos professores, surgiu a necessidade formativa de dialogar sobre a BNCC, visto que a RME caminha no sentido da reorganização da Diretriz Curricular Municipal. É importante esclarecer que a maioria dos professores que participa da formação faz parte da RME, sendo 04(quatro) unidades do Ensino Fundamental, com 22 professores e 03(três) da Educação infantil, com 30 professores, totalizando 52 professores. Para atender tal demanda, foi preciso buscar o que se preconiza hoje as políticas públicas no contexto educacional.

No caso da BNCC, foram convidados dois professores, um do Ensino Fundamental e outro da Educação Infantil, que discutem a temática que, em dias diferentes, dialogaram com o grupo, proporcionando reflexões teóricas, colaborando com os anseios dos professores iniciantes e experientes que participam do OBEDUC/UFMT. Os professores que conduziram a formação enviaram para o grupo colaborativo textos para serem lidos e debatidos, os quais foram, posteriormente, aprofundados, por meio das discussões na itinerância.

É nesta vertente que as práticas das ações pedagógicas que são realizadas no projeto preveem a promoção de reflexões e, com isso, ressignificações de práticas a partir do convívio com os dilemas, desafios e necessidades formativas apresentadas pelos professores junto às escolas.

Coadunamo-nos com Palachi (2011, p.41) ao afirmar que, a “colaboração reside no fato dos grupos poderem ser constituídos por vários indivíduos com experiências diferentes e com competências diversificadas, permitindo uma interação maior nas soluções dos problemas”.

Para esse trabalho, utilizamos como instrumento de coleta de dados os memoriais de formação, que são elaborados ao final de cada formação. Conforme Sartori (2008), o memorial de formação se configura como relevante instrumento no processo de formação do professor, especialmente por possibilitar reavaliação de experiências pessoais e profissionais.

Nesse sentido, apresentaremos a seguir os recortes dos memoriais da formação de 04 (quatro) professoras que participam do projeto OBEDUC/UFMT e que versam sobre a BNCC. As professoras receberam os nomes fictícios de Mara, Raquel, Ivone e Silvana.

A voz de participantes do processo colaborativo de formação

Os resultados evidenciaram que a formação continuada oferecida no trabalho colaborativo OBEDUC tem contribuído para a formação de professores iniciantes na mudança da forma de pensar e de compreender suas dificuldades, influenciando positivamente em suas práticas, neste caso a BNCC. Seguem abaixo alguns excertos de

professores participantes da formação de abril e maio de 2019, que versou sobre essa temática:

O assunto já vem sendo discutido, no entanto, foi abordado no OBEDUC por uma vertente diferente, de fácil compreensão! [...] estamos fazendo mais que a BNCC, porque em um dos encontros na Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPCs) na unidade escolar, eu disse aos colegas que a Diretriz Curricular da RME atual tem orientado um trabalho pautado nos saberes e habilidades que constam na BNCC como objetos de conhecimentos e habilidades. Que bom que estamos entendendo, embora há ressalvas sobre o documento, precisamos entendê-lo bem. (Mara, Memorial, 2019).

Mara, ao tomar os estudos sobre a BNCC vai buscando uma correlação entre o proposto pela política da RME e a Base, pois a rede já iniciou o processo de discussão para (re)elaboração da Diretriz Curricular Municipal. Embora haja uma preocupação em atender ao disposto no documento, a professora percebe que a proposta da escola vai além da BNCC, apontando os limites da implementação literal deste documento normativo. Ao esclarecer o período instituinte do currículo [e de qualquer prática significante], Macedo (2019) afirma que momento independe das forças envolvidas na formulação da BNCC. Para a autora, “[...] toda tradição curricular se dá conta de que o currículo – para ser currículo – precisa acontecer nas escolas (ou nos lugares e tempos em que acontecem)” (MACEDO, 2019, p. 42).

A seguir, apresentamos as constatações de Raquel

Ver o envolvimento de nosso polo nas discussões da BNCC não tem preço, pois precisamos sempre nos posicionar frente as nossas necessidades formativas e compreender a quem essa Base atende. E assim, conseguiremos construir/reconstruir novos saberes que oportunizarão a nossos alunos uma educação libertadora/humanizadora. Finalizo com Freire (1996) ‘sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino’. (Raquel, Memorial, 2019).

O posicionamento de Raquel concretiza, na prática, as palavras de Barbosa e Soares (2018), quando estes autores afirmam que não se pode negar a importância da escola, é

preciso atentar para o significado da educação de caráter humanizador que, na contemporaneidade, não prescinde da escola, mas que, também, não pode se resumir a ela – entendendo-se a educação como uma prática social ampla e multifacética, ou seja, isso não se encontra dentro de catálogo com regras pré-estabelecidas como as contidas na BNCC, é uma construção coletiva entre os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Para que a escola desenvolva uma educação na perspectiva da formação humana, igualitária e justa, é preciso que seus educadores tenham claras as concepções de homem, mundo, sociedade, educação e de conhecimento. No processo de escrita ou reescrita de propostas curriculares, o professor exerce papel importante, uma vez que é um dos sujeitos responsáveis por mudanças no âmbito educacional, mudanças essas que dependem também de outros sujeitos e fatores. A qualidade da educação depende da qualidade das escolas que, por sua vez, depende, em partes, do comprometimento dos professores com elas, atendendo às necessidades do contexto e respondendo às demandas.

Para fins da educação no País,

[...] nossos legisladores, pelo menos em teoria, garantem para todos o melhor a esse respeito. Eles falam sobre o que deve determinar e controlar o trabalho pedagógico em todos os seus graus e modalidades. De certo modo, falam a respeito de uma educação idealizada, ou falam da educação do ponto de vista de uma ideologia. (BRANDÃO, 2013, p. 57).

Nesse prisma, pensar o currículo educacional é uma tarefa de extrema importância, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual dos indivíduos que compõem e exercem influência na sociedade. Assim como Raquel, Ivone também tem uma visão crítica sobre o documento e esclarece que os estudos e discussões sobre a BNCC permitiram que tivesse um olhar mais atento, visto que a RME tem iniciado as discussões para (re)elaboração da Diretriz Curricular Municipal.

Gostei muito dos encontros. Produtivo porque veio ao encontro das nossas discussões da rede, que vive um momento de revisão e realinhamento das propostas curriculares para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, à

luz da BNCC. Precisamos ter clareza e entendimento para poder nos posicionarmos nas discussões coletivas. (Ivone, Memorial, 2019).

Ivone tem claro que precisa se posicionar frente às discussões que culminarão na Diretriz Curricular Municipal de Rondonópolis. Esse posicionamento crítico é importante, pois como aponta Macedo (2019, p. 42), “[...] em muitas dessas tradições, no entanto, a produção e a implementação curricular são tomadas como momentos distintos, sendo este apenas a aplicação – ou a transposição – do que aquele instituiu”.

Em sua narrativa, Silvana deixa evidente que em sua unidade educativa os educadores já iniciaram o estudo da BNCC, mas é no OBEDUC que ela aprofunda o olhar sobre o documento além do movimento de implantação. Ela compreende que é preciso participar ativamente da (re)elaboração da Diretriz Curricular da RME.

Na unidade em que atuo, já vem sendo realizado estudos sobre os campos de experiências na educação infantil e a participação nas discussões no grupo do OBEDUC tem me ajudado a compreender e ver possibilidades de reorganização da política de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino, no sentido de sermos protagonistas da elaboração das diretrizes locais. (Silvana, Memorial, 2019).

Porém, é preciso fazer uma leitura crítica da BNCC para se posicionar, pois como afirmam Barbosa, Silveira e Soares (2019, p.86), se houver uma leitura desatenta do documento, professores e professoras podem interpretar “que a forma gradativa em que certos objetivos (como os que se referem à linguagem, por exemplo) aparecem seria indicador da pré-escola como etapa preparatória para os objetivos da primeira etapa do ensino fundamental”. Complementam que um olhar detalhado aponta para indicativos de que a proposta e organização da BNCC, no que diz respeito à lógica das competências, “conduz a uma aproximação da proposta para a educação de crianças de zero até cinco anos com a lógica assumida pelo ensino fundamental, que aparece segmentado em primeira e segunda etapa” (BARBOSA; SILVEIRA; SOARES, 2019, p. 86).

Os relatos de Ivone e Silvana se aproximam da constatação de Barbosa, Silveira e Soares (2019), quando os autores compreendem que é preciso, além de se posicionar frente às

discussões, refletir acerca do contexto político-social e econômico brasileiro, para entender de modo crítico os motivos pelos quais a implementação de uma BNCC se tornou pauta central do governo brasileiro.

Fomos constatando, a partir das narrativas, que as professoras descrevem, em seus memoriais, a importância do estudo e das discussões e trocas entre pares sobre a BNCC. Esse processo de colaboração contribui para a construção de argumentos e o posicionamento crítico quanto ao realinhamento da Diretriz Curricular da RME de Rondonópolis-MT e para a consolidação do entendimento que o currículo se efetiva, de fato, no contexto escolar.

Considerações possíveis

Acreditamos que as reflexões pontuais dos professores da RME de Rondonópolis-MT referentes à BNCC, a partir da formação do OBEDUC, apontam caminhos que colaboram com a reorganização da Diretriz Curricular do referido município.

Isso se deu pelo esforço e determinação dos professores na participação na formação ofertada pelo OBEDUC, bem como nas formações centradas nas escolas e na SEMED. É possível visualizar que se tem buscado efetivar uma política de formação voltada para as necessidades tanto dos professores como dos alunos. É nessa perspectiva que a RME tem buscado a efetivação de parcerias com outras instituições de ensino, no intuito de que, juntos possamos construir um ensino de qualidade social para todos.

Nos discursos das professoras que fizeram parte deste estudo e das demais que participam do OBEDUC, sejam iniciantes ou experientes, transparecem o fato de que reestruturar uma política curricular como a DCM é um processo marcado momentos que evidenciam os avanços e retrocessos presentes na BNCC. As professoras foram, ao longo dos seus memoriais, deixando registrado que, na escola, a implementação da BNCC pode provocar mudanças na dimensão da prática e na organização do espaço educativo, porém ela não pode ser controladora e alterar o contexto da política, isto é, a Diretriz Curricular Municipal de Rondonópolis.

Nessa lógica de pensamento, podemos afirmar que, ao propiciar aos educadores momentos de estudo e reflexões acerca de temáticas atuais que permeiam o campo

educacional e que dizem respeito, diretamente, ao fazer pedagógico no espaço da sala de aula ou da coordenação pedagógica, o OBEDUC efetiva e consolida ações de extrema importância para o desenvolvimento profissional destes sujeitos, além de contribuir sobremaneira para a melhoria das práticas pedagógicas e, em consequência, da qualidade de ensino.

Ao almejar uma educação de qualidade, visando à garantia dos direitos de aprendizagem à educação humanística, é necessário desconsiderar qualquer tipo de imposição que leve ao distanciamento dos objetivos contemplados no modelo de educação humanizadora.

Pensando por esse prisma, consideramos de suma importância os estudos e discussões realizados no projeto OBEDUC em colaboração com a Rede Municipal de Ensino, visto que compreendemos o processo educativo de forma humanizada, transformadora, que concebe o indivíduo como sujeito principal no processo ensino aprendizagem. Nesse sentido, a participação de professores é de extrema relevância para a construção e constituição da Diretriz Curricular Municipal.

Referências

BARBOSA, I. G.; SOARES, M. A. Educação estética na perspectiva histórico-cultural: contribuições à educação infantil de orientação dialética. In: PEDERIVA, Patrícia Lima Martins; BARROS, Daniela; PEQUENO, Saulo, (organizadores). **Educar na perspectiva histórico-cultural: diálogos vigotskianos**. Campinas: Mercado de Letras, 2018, p. 137-160.

BARBOSA, Ivone Garcia; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; SOARES, Marcos Antônio. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 77-90, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 3 set. 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 3 set. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Terra e Paz, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p.1085-1114, out./dez. 2014.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história.** 11. ed. Tradução: Atílio Brunetts. Petrópolis: Vozes, 2011.

HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Vidas de professores.** 2. ed. Porto: Porto, 1995. p. 31-61.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 3 set. 2019.

PALACHI, Wagner Barbosa de Lima. **Ações colaborativas Universidade – Escola: o processo de formação de professores que ensinam Matemática nos anos iniciais.** 2011. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RONDONÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis. **Diretriz Curricular Municipal para o Ensino Fundamental.** Rondonópolis: SEMED, 2011.

RONDONÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis. **Política Municipal de Educação Infantil: Construindo Caminhos.** Rondonópolis: SEMED, 2016.

SARTORI, Adriane Terezinha. **Os professores e sua escrita: o gênero discursivo memorial de formação.** 2008. 219 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=-vtls000440323>. Acesso em: 03 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Professores iniciantes e professores experientes em Mato Grosso e seu desenvolvimento profissional.** Programa de Pós-Graduação em Educação: Rondonópolis, 2019.